

Pensando a política

Sérgio Sérvulo da Cunha – do Fórum da
Cidadania de Santos; da Comissão Brasileira de
Justiça e Paz

Caros amigos. A “Tribuna do Leitor”, importante termômetro publicado por este jornal, me inspira este artigo.

A democracia moderna – todos nós sabemos – é fruto do iluminismo.

O iluminismo – todos nós sabemos – é a consagração social da razão. Para todos nós é indispensável a razão, como fundamento do nosso conhecimento e das nossas decisões.

Contudo, se é assim, não seria um erro conceder o direito de voto ao analfabeto?

Não seria muito mais adequado o chamado “censo alto”, adotado na República Velha, quando o direito de voto era concedido apenas aos mais instruídos (presumivelmente, os que tinham mais renda)?

Este é um silogismo perfeito: para decidir (votar) é preciso conhecer; ora, o analfabeto não conhece; logo, ao analfabeto não é dado decidir (votar).

Se é impossível desmontar esse silogismo, como contrariá-lo?

Peguem uma fotografia qualquer de um comício nos anos 19(20). Todas as pessoas (homens), estão de terno e gravata. Todos queriam pertencer à melhor parte da sociedade, e sinal disso era a roupa que vestissem. Assim, já no modo de vestir, o comportamento dos que não tinham, ou pouco tinham, era determinado pelos que tinham.

À lógica fria escapam as nuances. Às pessoas radicais escapam as nuances. Primeiro: são muitos os graus do conhecimento. É possível conhecer bastante, menos, pouco ou nada. Como o conhecimento é fonte de poder, a expansão do conhecimento, em sociedade, depende dos que têm. E mesmo quem conhece pode errar, quando menos em função dos seus interesses.

É difícil, para qualquer pessoa, admitir que não conhece. E quem menos conhece precisa de autoconfiança e de certezas. É quase uma regra: as pessoas que menos conhecem são as mais dogmáticas, mais tolerantes

quanto aos seus erros (em linguagem teológica, pecados) e menos tolerantes quanto ao erro das demais (safadeza, mau caráter, hipocrisia).

Em política, são poucos os que ficam sabendo de tudo que é importante saber, para poder decidir. Esses seriam: 1) os sábios; 2) os que convivem na cúpula do poder.

Construamos outro silogismo: para decidir (votar) é preciso ser sábio, ou conviver na cúpula do poder; ora, eu não sou sábio, nem convivo na cúpula do poder; logo, não devo decidir (votar).

A lição fundamental do iluminismo (e, por isso, da democracia) foi esta: as classes governantes governavam para si mesmas, e não em benefício do povo. A nação é um conjunto social, cujos membros se presumem igualmente interessados em seu progresso e bem estar. Ao Direito cabe definir quais os atos anti-sociais puníveis. Um governo em benefício do povo deve ser escolhido e controlado pelo povo.

Instauraram-se por isso governos eleitos pelo povo (ou presumivelmente eleitos pelo povo), mas, mesmo estes, podem decepcionar o povo.

Por isso, quem sabe alguém – e até mesmo muita gente – poderia achar a concepção iluminista errônea, e que devemos preferir etapas anteriores de civilização, em que prevaleciam estas crenças: a sociedade é composta por antagonistas, nós de um lado, que somos do bem; de outro lado nossos inimigos, que são do mal; nossa missão é combater em defesa do bem e eliminar o mal. De modo que, para votar, o que importa é alistar-se nas colunas que combatem o mal, e seguir suas lideranças.